

RESEX MARINHA VERSUS PÓLO NAVAL NA BAÍA DO IGUAPE

Catherine Prost – Universidade Federal da Bahia
cprost@ufba.br

Resumo

A reserva extrativista (resex) marinha Baía do Iguape, situada na Baía de Todos os Santos (BTS), exemplifica a política federal de conservação ambiental, fundamentada no uso sustentável dos recursos naturais por populações tradicionais. Composta de 20 vinte comunidades praticando a pesca e/ou agricultura, foi criada em 2000 e implantou seu conselho deliberativo em 2005 com vistas ao planejamento e à gestão, em parceria com o ICMBio. Contudo, este ano, o governo estadual propõe (e está iniciando) a instalação de um pólo naval na extremidade sul da resex, sob o pretexto de que os dois outros locais pensados para tal na BTS não dispõem das mesmas vantagens locais. Dessa forma, a instância de decisão da unidade de conservação é desrespeitada por não ter consultada e as comunidades pesqueiras se veem diante da perspectiva de riscos no tocante à preservação do meio natural, base de seu sustento. O projeto governamental, que defende uma visão desenvolvimentista e anuncia uma elevada oferta de empregos, foi precedido de um breve estudo que não levou em conta os potenciais efeitos sociais de tal empreendimento: migrações, déficit de infra-estruturas e serviços, aumento de problemas sociais como prostituição, delinquência, dentro outros. Configura-se portanto uma desterritorialização econômica, política e cultural - na imobilidade - das populações tradicionais diante da imposição da lógica do mundo no lugar. O artigo pretende, logo, analisar as relações de forças entre os diversos agentes sociais assim como os riscos que o empreendimento representa para as populações.

Palavras-chave: reserva extrativista marinha; participação; desenvolvimento econômico; pólo naval.

Resumo

La reserva extractivista (resex) del mar Baya do Iguape, ubicada en la Baya de Todos os Santos (BTS), ejemplifica la política federal de conservación ambiental, fundamentada en el uso sustentable de los recursos naturales por poblaciones tradicionales. Compuesta de 20 veinte comunidades practicando la pesca e/o la agricultura, fue criada en 2000 e implantó su consejo deliberativo en 2005 con vistas al planeamiento y la gestión, en asociación con el ICMBio. Sin embargo, este ano, o gobierno estadual propone (y está iniciando) la instalación de un polo naval en la extremidad sur de la resex, en el pretexto de que os dos otros hogares pensados para tal en la BTS no disponen de las mismas ventajas de ubicación. De esa forma, a instancia de decisión da unidade de conservación é irrespetada por no ter consultada e as comunidades pesqueiras se veem adelante da perspectiva de riscos no tocante à preservação do medio natural, base de su sustento. El proyecto gubernamental, que defiende una visión a favor del desarrollo y anuncia una elevada oferta de empleos, fue precedido de un breve estudio que no levó en cuenta os potenciales efectos sociales de tal emprendimiento: migraciones, déficit de infra-estructuras e servicios, aumento de problemas sociales como prostitución, delinquência, dentro otros. Se configura entonces una desterritorialización económica, política e cultural - en la inmovilidad - das poblaciones tradicionales delante de la imposición de la lógica del mundo en el lugar. O artigo pretende, logo, analizar las relaciones de fuerzas entre los diversos agentes sociales así como los riesgos que el emprendimiento representa para las poblaciones.

Palavras-chave: reserva extractivista del mar; participación; desarrollo económico; polo naval.

Introdução

A zona costeira, embora estreita do ponto de vista de sua extensão no globo terrestre, aparece todavia como uma área específica por ser interface entre continentes e mares e oceanos. Ela abriga com frequência ecossistemas particulares de alta riqueza ecológica (restingas, manguezais, etc.), importantes em várias escalas, do local onde se situam até para a vida marinha em geral. Certos usos do solo ocorrem essencial ou principalmente na faixa costeira. Dentre das atividades registradas nessas áreas do planeta, citam-se a pesca, a navegação e a atividade portuária e o turismo litorâneo que ganhou destaque no século XX. Outros usos do solo não são atrelados a esse tipo de área mas tendem a privilegiar sua implantação; é o caso de certas indústrias assim como - particularmente no caso brasileiro - uma urbanização consequente. A diversidade dos usos do solo e dos recursos hídricos pode se traduzir por uma potencial conflituosidade entre eles. É exatamente o que está se desenhando na baía do Iguape, pertencente à Baía de Todos os Santos e situada a cerca de 100 km a leste de Salvador. A baía do Iguape abrange uma resex que se estende sobre águas interiores, cuja principal origem é o rio Paraguaçu, e manguezais. Criada em 2000, ela visa proteger principalmente os ecossistemas de manguezal e aquáticos, assim como o modo de vida das populações locais extrativistas: pescadores e marisqueiros, denotando uma lógica de conservação ambiental. Em 2005, o conselho deliberativo da resex foi criado com a eleição dos diversos delegados no intuito de conduzir o planejamento e a gestão da unidade de conservação (UC). Apesar da existência da UC, o governo estadual decidiu implantar um pólo naval ao sul do território da resex, sem os preliminares debates necessários e tomada de decisão no seio da resex.

Esse trabalho objetiva portanto apresentar a reserva extrativista Baía do Iguape, o modo específico de funcionamento desse tipo de unidade de conservação, assim como prever a caráter conflitivo com o projeto em curso de pólo naval, cujos potenciais efeitos devem se traduzir por aspectos negativos sobre a dinâmica da área do ponto de vista ambiental, social e econômico.

Referencial teórico - A zona costeira, um espaço geográfico raro e estratégico

A localização litorânea coloca como pressuposto usos particulares, sendo alguns deles praticamente exclusivos dela. Como observa Moraes (2007), as zonas costeiras constituem as bases terrestres de exploração dos recursos marítimos, tendo em primeiro lugar, os recursos pesqueiros, mas também, recursos minerais, como é o caso da camada pré-sal descoberta ao largo da costa brasileira (Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santos). A diversidade desses recursos indica desde já o caráter estratégico do litoral para a exploração dos mesmos. Salienta-se que, o mero domínio de fachada litorânea permite o domínio sobre espaços marítimos e seus recursos, interesse que ganha destaque nas últimas décadas e está cada vez mais regulado por normas e acordos internacionais. De modo a viabilizar a exploração desses recursos marítimos, acompanham infra-estruturas especiais, como portos, indo de recortes da linha de costa oferecendo abrigo natural até os terminais portuários com seus equipamentos de transbordo e de armazenamento de mercadorias diversas. Os portos também servem de base para a circulação. Trata-se de uma função importantíssima ainda hoje em dia visto que a maior parte do transporte intercontinental de mercadorias utiliza o meio marítimo como principal via de transporte. Embora possa-se citar notáveis portos fluviais graças à trafegabilidade de largos rios, como é o caso de Manaus a cerca de 1.700 km (**verif**) no interior das terras amazônicas, os portos marítimos mantêm a predominância nos fluxos de grande distância. Em uma configuração territorial como a brasileira, em que as ferrovias não chegaram a ser concebidas como uma rede de integração nacional, a localização costeira conserva um alto valor estratégico nos fluxos de circulação.

Outro uso do solo, muito mais recente na história da humanidade, mas que ganhou uma importância significativa desde o século passado, reside no turismo. As praias se tornaram espaço de lazer e os sítios ambientalmente mais preservados, ensolarados e considerados de alta beleza cênica atraem mais o imaginário de massas de cidadãos em busca de férias para descansar ou, eventualmente, praticar esportes aquáticos.

Essas mesmas multidões que, nas estações quentes, se dirigem para as praias, se localizam no conjunto das terras emersas. Todavia, observa-se, em várias escalas, uma predominância da ocupação humana em área costeira. Moraes (2007, p21) lembra que “cerca de dois terços da humanidade habitam em zonas costeiras, localizando-se a beira-mar a maior parte das metrópoles contemporâneas”. A densidade no litoral se revela portanto alta, embora desigual ao longo das linhas de costa. Em consequência dessa concentração populacional, se encontram também muitas indústrias.

A teoria de localização industrial apresenta de fato uma série de fatores: preço de compra do terreno e construção do estabelecimento, preço da energia, nível de impostos, proximidade da matéria prima/recurso a ser processado ou água, proximidade dos eixos de comunicação, proximidade da mão de obra, proximidade de outras indústrias complementares, proximidade dos mercados consumidores. O Brasil figura como um exemplo por excelência de concentração de vários dos fatores citados na faixa litorânea em decorrência forte do padrão de ocupação a partir do mar por parte dos colonizadores portugueses. A concentração populacional na zona costeira, incluindo a concentração de numerosas metrópoles, acarreta a concentração de mão de obra e de mercado consumidor, assim como a concentração de indústrias nas regiões mais desenvolvidas economicamente. Com isso, conclui-se no alto valor estratégico da fachada litorânea, em específico no Brasil, onde os vetores de urbanização – espontânea ou não -, de industrialização e de turismo se mostram muito dinâmicos.

Mas se o litoral apresenta vantagens locacionais ímpares, lembra-se que se trata de um espaço relativamente escasso se comparado com a extensão das terras continentais, o que lhe atribui um potencial de geração de renda diferencial - podendo levar a uma renda monopolística quando do controle de um local “de qualidade especial em relação a algum tipo de atividade” (HARVEY, 2005, p.222) - mas também, como dito anteriormente, de potencial conflituosidade entre diferentes usos. Convém, aqui, desenvolver o conceito de valor conferido à zona costeira. Em um período marcado pela preocupação com um desenvolvimento com sustentabilidade ambiental, a economia ambiental tem desenvolvido instrumentos de valoração dos recursos naturais, conferindo valor aos serviços ambientais ou ainda estimando os custos de impactos negativos sobre os ecossistemas. Todavia, como observa Moraes (2007), os recursos ambientais, “condições de vida e produção”, são de contabilização muito mais complexa, ao envolver considerações mais subjetivas como as belezas cênicas por exemplo. O debate, embora avançado, não forma consenso. Uma possibilidade é de buscar uma valoração de base espacial, o valor dos lugares, composto por o conjunto dos recursos de um lugar, equação muito mais complexa uma vez que a totalidade não se reduz à soma de seus componentes. O lugar é entendido então como “um espaço de produção e reprodução de um grupo humano, uma possibilidade de uso social com um dado potencial produtivo, o qual permite uma abordagem vocacional que desvendaria suas vantagens e desvantagem (em face de cada uso) em comparação a outros lugares” (MORAES, 2007, p. 19). Parafrazeando Santos (2008), ele é o lócus que permite ao Mundo, entendido como modelo de produção global, se realizar em função de seus atributos. O lugar é portanto determinado, não só pelos recursos que abarca, mas também pela sua localização e caracterização geral. Moraes propõe então a noção de valor contido, em que residem fatores naturais e históricos, com destaque para as técnicas. Mas é necessário também levar em consideração o valor criado pelo modo de exploração do lugar, determinado em função dos diversos interesses. O autor precisa que a sustentabilidade deve seguir a opção por usos que permitam a “manutenção das maiores possibilidades de exercício de outros usos” (MORAES, 2007, p.20).

Mas observa-se que se a valoração consiste em atribuir valor a bens ou conjuntos de bens, a valorização remete à apropriação material, transformando recursos da natureza em valores de uso. Ora se a valoração é contabilizada por economistas, a valorização é o feito de classes sociais excluídas dos grandes circuitos da economia e, no nosso país, sistematicamente marginalizadas em favor da lógica excludente capitalista em busca de lucro. Acrescenta-se a

isso o fato que a valorização dos lugares por parte dos seus habitantes marginalizados, se ela contempla uma certa valoração dos recursos (na venda dos mesmos no mercado por exemplo), vai além disso na medida que os lugares representam também um conjunto de relações sociais historicamente construídas, o espaço banal enunciado por Santos (2002). No caso de populações tradicionais, como no caso de estudo, o choque se dá entre valores de troca, determinadas pelo mercado, e valores de uso ainda existentes e atribuídas por essas populações, uma vez que a natureza não representa apenas um amontoado de recursos mas também um abrigo por ser um local de moradia, um local onde se exercem relações de solidariedade orgânica e que contém valores simbólicos que contribuem a forjar uma identidade local. Santos (2008, p. 318) cita Duvignaud ao qualificar de densidade social a co-presença dos homens em um local cujas relações são movidas “pela afetividade e pela paixão, e levando a uma percepção global, “holista”, do mundo e dos homens”.

Todavia, como ressalta Santos (2008), no período do meio técnico-científico-informacional, o espaço é permeado pelo processo, contraditório, do Mundo que se expressa no lugar, imprimindo a este uma lógica interna ao mercado que se exerce como lógica externa ao lugar, sem levar em consideração a opinião da população do mesmo, mas sim buscando o lugar que o permita realizar seus objetivos de produção e/ou circulação com maior produtividade. acontecer solidário em que horizontalidades ocorrem em paralelo, se defrontando e afrontando, com verticalidades. O autor (2002) explica a luta que se desenrola para o uso do espaço entre empresas e instituições hegemônicas, em situação ativa, e outros agentes sociais, em posição passiva. A lógica exógena do Mundo, quando se impõe ao lugar, tende a excluir mais ainda os setores desfavorecidos, menos modernos e informados, provocando uma desterritorialização dos mesmos. Esse caso se configura, em virtude da aceleração do tempo e da amplitude dos fluxos, em populações geograficamente fixas, ou seja, surge uma desterritorialização de populações locais marginalizadas das decisões sobre o espaço embora elas tenham construído no curso histórico laços fortes de identidade com o lugar. A desterritorialização, nas suas dimensões econômica, política e cultural, ocorre assim sendo na imobilidade e por causa dela em favor de uma territorialização de grandes empresas, funcionando em rede, graças a sua mobilidade (HAESBAERT, 2004). As populações excluídas perdem controle sobre o espaço por elas ocupado, não garantem direitos fundamentais de cidadania e podem perder também sua identidade sociocultural quando seu espaço é alterado, situação especialmente aguda quando se trata de populações tradicionais, que vivem em estreita comunhão com a natureza. Por não poderem se locomoverem

Diante da conflituosidade latente da diversidade de usos do solo e da água na zona costeira, o planejamento e a gestão pelo Estado são cruciais. No litoral brasileiro, existem unidades de conservação (UC) de vários tipos, no Oceano Atlântico como parques nacionais marinhos, e no continente, variando de APP¹ a reservas extrativistas (resex). Essas UCs podem ser classificadas em áreas de preservação permanente, onde a presença humana é limitada nos seus usos, e áreas de uso sustentável onde as populações locais são incluídas no objetivo de proteção ambiental graças ao seu caráter tradicional, implicando em um profundo conhecimento do meio natural e uma consequente sustentabilidade de seus modos de vida. É o caso em especial das resex onde as populações são organizadas de modo a co-gerenciar seu território com o órgão ambiental, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Elas participam da gestão, fundamentadas nos seus saberes ambientais acumulados ao longo de gerações e transmitidos por via oral e experiência.

Contudo, o objeto tratado neste trabalho reside na implantação de um pólo naval pelo governo estadual em uma resex marinha federal, ou seja, o próprio poder público em escala estadual questiona um planejamento do território estabelecido em escala federal em nome do crescimento econômico, promovido, também, pela presidência da república para melhor assentar o país na cena econômica internacional, obedecendo aos ditames da atual

¹ Área de Preservação Permanente.

globalização. Com isso, percebe-se claramente o papel paradoxal do Estado, na encruzilhada entre um discurso pregando a proteção ambiental, visando a reduzir as pressões internas e externas no campo ecológico-político, e ações de promoção do dito desenvolvimento econômico em detrimento da citada proteção ambiental. Esse problema é aguçado por se tratar de um território do qual os agentes sociais tradicionais não dispõem de título de propriedade. As reservas extrativistas funcionam como concessão real de uso coletivo e a prática demonstra que elas abarcam, malgrado seu estatuto legal, questões fundiárias e de uso dos recursos naturais não resolvidas.

Metodologia

A metodologia se utilizou, além de levantamento bibliográfico, de trabalhos de campo com aplicação de questionários e entrevistas para conhecer a área de estudo assim como de participação em audiência pública e em reuniões da comissão pró-Iguape no intuito de consolidar as discussões acerca dos riscos potenciais e da mobilização das populações locais.

Resultados e discussão

A reserva extrativista Baía do Iguape

A reserva extrativista Baía do Iguape se estende sobre 8.117,53 hectares, sendo 2.831,24 de manguezal e 5.286,29 de águas internas brasileiras. Sua criação expressa o reconhecimento do valor ecológico que a área contém, ou seja, uma valorização de tipo econômico-ecológico, mas igualmente a valorização consagrada pelas populações locais para as quais o manguezal representa o lócus do seu habitat, de seu trabalho assim como um lugar repleto de significados simbólicos.

O manguezal, embora não especialmente rico em biodiversidade de espécies vegetais, representa um ecossistema costeiro extremamente importante para a vida em razão de suas diversas funções ecológicas. Situado preferencialmente em foz de rio, estuário ou até em linha de costa, o manguezal cumpre muitas funções tais como retenção de sedimentos e matéria orgânica, proteção das margens da baía, berçário e viveiro de diversas espécies da ictiofauna, mas também de espécies anfíbias e de aves. Ele ainda se revela importante para a conservação de recifes de coral localizados a dezenas de quilômetros. Essa riqueza expressa em alta produtividade primária do ponto de vista biológica serve de base para as práticas sociais e o sustento consequente de numerosas populações costeiras, no mundo e no Brasil, tal como é o caso na Baía do Iguape onde se encontram 20 comunidades que pertencem à unidade de conservação (UC), agrupando cerca de 8.000 pessoas vivendo da pesca artesanal segundo estudiosos da área.

A pesquisa de campo se desenvolveu em várias comunidades, sendo umas de caráter relativamente mais urbano na sede de município e de distritos – Maragojipe, Nagé, Coqueiros e São Francisco do Paraguaçu, no município de Maragojipe, e São Francisco do Paraguaçu e Santiago do Iguape no município de Cachoeira – e outras de caráter rural no município de Cachoeira – Caonje, Calolé, Imbiara, Dendê, Engenho da Ponte e Engenho da Praia (ver Figura 1).

Figura 1: Localidades de estudo da reserva extrativista Baía do Iguape



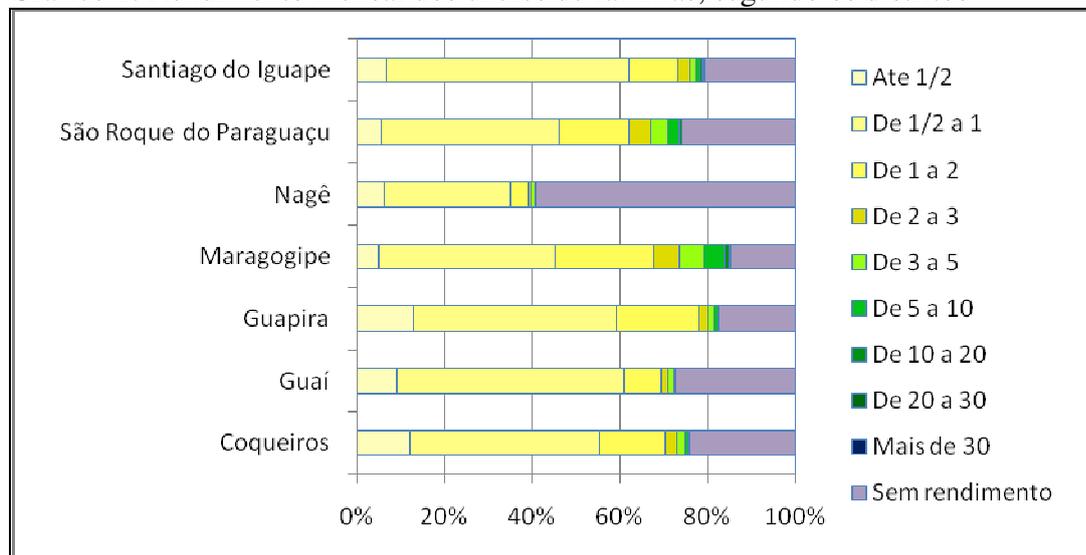
A pesca artesanal se caracteriza, dentre outros fatores, por capturas multi-espécies. De fato, peixes variados, de água salobra e salgada, compõem a dieta e a base da renda dos extrativistas, assim como crustáceos, como camarão, e moluscos diversos (sururu, ostra, sarnambi, etc.). Entre as 20 comunidades compoendo a resex, distingue-se as de cunho mais urbano, formadas por aglomerações de casas e de comércio, e outras claramente rurais onde as famílias costumam aliar a atividade de pesca com a agricultura e o extrativismo vegetal. Para todas as comunidades, a pesca desempenha um importante papel, seja pelo consumo direto da extração, seja pela renda retirada da venda das capturas.

Na baía do Iguape, o caráter artesanal da pesca se evidencia por um grau de tecnologia extremamente simples: os apetrechos são variados, indicador da necessária polivalência na pesca imposta por capturas que não fornecem uma renda substantiva. Artes fixas, como as gamboas, ou móveis como as redes de náilon grosso, formam os instrumentos dos pescadores nas suas variadas estratégias. As mulheres se voltam preferencialmente para a atividade de

mariscagem, ou seja, de coleta de mariscos diversos em área de manguezal ou de bancos de areia. As mesmas geralmente não dispõem de embarcações e se locomovem até os locais de captura caminhando ou pegando carona com pescadores. Estes dispõem apenas de canoas a remo, eventualmente movidas a vela quando o vento permite. Os barcos motorizados são uma exceção na resex; certas comunidades mobilizadas em torno do Movimento da pesca e do Conselho pastoral dos Pescadores (CPP) estão obtendo canoas motorizadas de fibra de vidro, a serem utilizadas coletivamente, visando uma economia do esforço manual e uma maior agilidade nas expedições de pesca, incluindo mariscagem. O tipo de embarcação predominante, pequeno e sem motor, aliado à ausência de tecnologia implica, portanto, em um raio de autonomia limitado à própria baía do Iguape, com exceção de pescadores de São Roque do Paraguaçu que se aventuram às vezes além da chamada barra, na Baía de Todos os Santos. No entanto, não se observa deslocamentos mais longos, de vários dias, visto que as embarcações não autorizam o armazenamento das pescarias por não possuírem nenhum continente refrigerado.

A renda oriunda da atividade pesqueira permanece então em níveis muito modestos. O censo do IBGE de 2000 mostra a predominância de rendas baixas, todas as categorias profissionais confundidas, tal como retratado no gráfico 1.

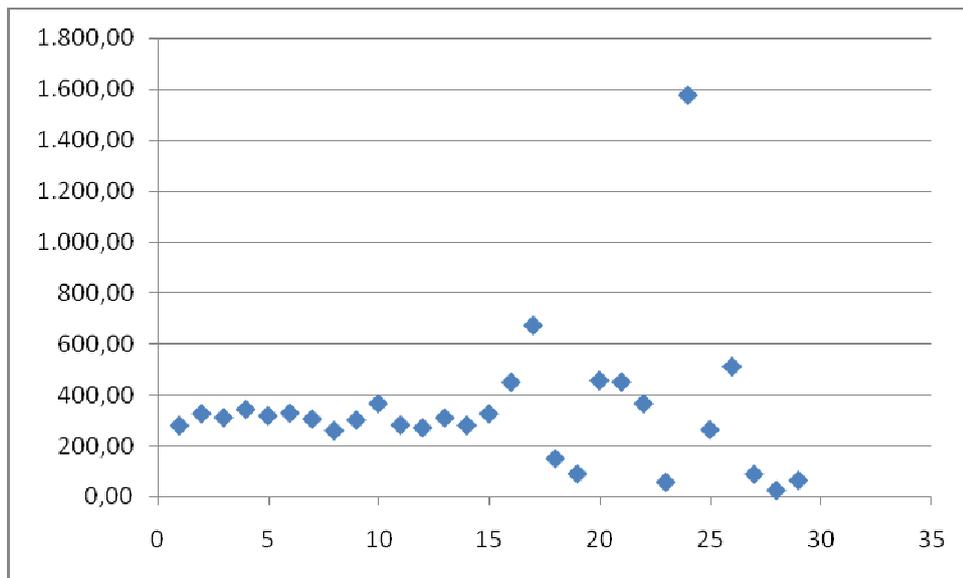
Gráfico 1: Rendimento mensal dos chefes de famílias, segundo os distritos



Fonte: IBGE, Censo de 2000.

Os números do IBGE indicam que dois terços dos recenseados afirmam ganhar até 2 salários-mínimo. Somado a isso, cerca de 23 % não declaram rendimento mensal, dando uma idéia do quadro geral de pobreza. O gráfico seguinte ilustra o levantamento efetuado em campo da renda média da pesca e da mariscagem no verão, período de maiores capturas, mas de preços mais baixos do que no “inverno” chuvoso.

Gráfico 2: Renda mensal média obtida na pesca

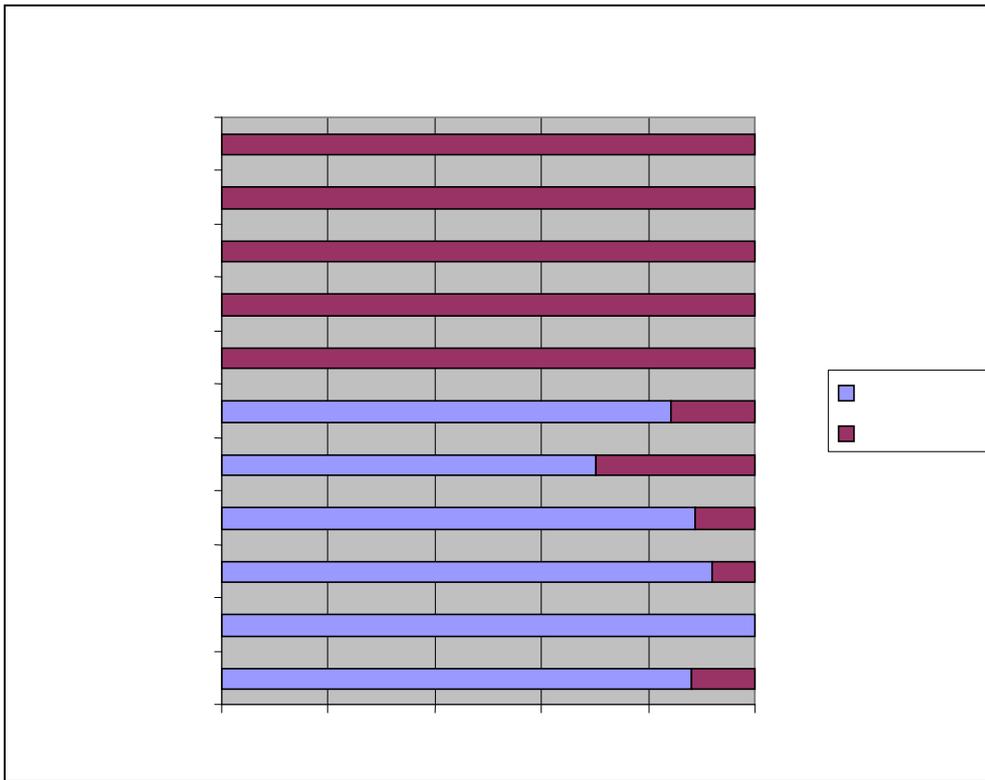


Fonte: dados de campo.

Percebe-se que os levantamentos efetuados junto a pescadores e marisqueiras dão resultados oscilando entre 30 e 650 reais mensais, salvo um valor extremo próximo de 1.600 reais. A modéstia da renda deve ser ainda avaliada à luz do tamanho das famílias, que embora, não apresentam padrões elevados, até nas áreas rurais, se traduzem por níveis de vida economicamente baixos. A pobreza não se torna em miséria devido ao aporte da dieta pela atividade de pesca e de agricultura no caso das comunidades rurais. Como costumam dizer os entrevistados: “Só morre de fome, quem é preguiçoso”. Todavia, as condições de trabalho e de moradia completam um quadro social desfavorecido.

No caso das comunidades de pescadores lavradores, constata-se igualmente um quadro socioespacial caracterizado por condições precárias em termos de renda e, mais ainda, em termos de moradia, haja visto a condição das casas (muitas feitas de taipa, com poucos móveis e cômodos) e dos serviços básicos deficientes ou inexistentes como ilustra o gráfico 3 a respeito do acesso à água para consumo.

Gráfico 3: Formas de acesso à água para consumo

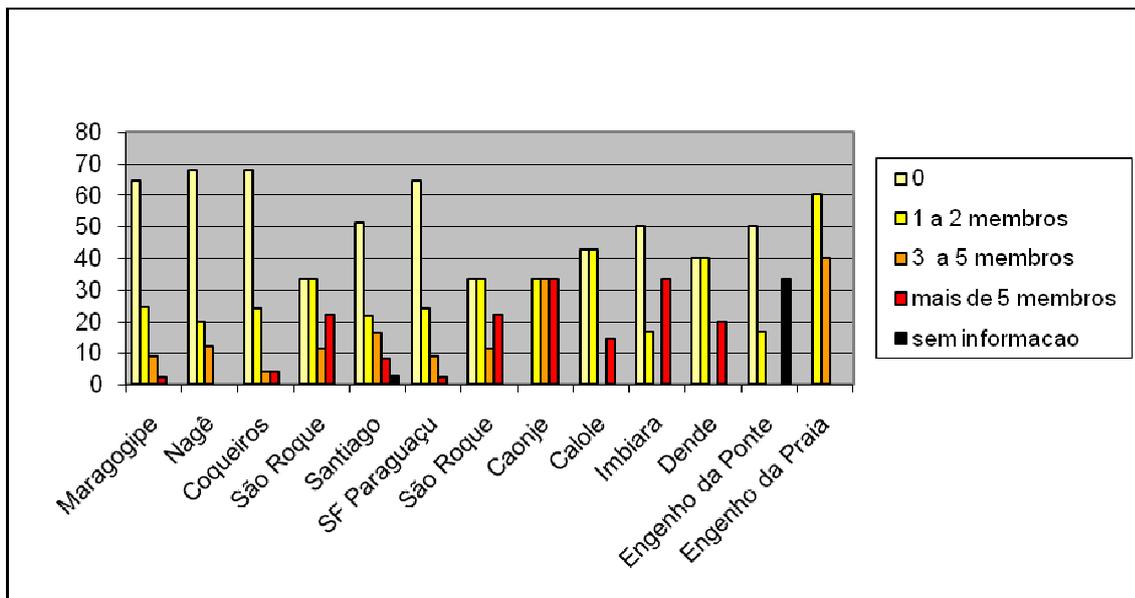


Fonte: dados de campo.

A importância social da pesca observou um aumento relativo nas últimas décadas em razão do declínio de atividades econômicas, como a indústria de charutos que chegou a empregar até 5.000 funcionários no município de Maragogipe. A crescente concentração fundiária entre as mãos de grandes fazendeiros também compeliu as populações a se voltar para outras alternativas, uma vez que as terras disponíveis para a agricultura de subsistência e para o extrativismo vegetal diminuíram e que as fazendas exercem uma política de emprego de pessoas de outros municípios. Na Baía de Todos os Santos, a drástica diminuição na década de 1990 da extração de petróleo iniciada em 1950 constituiu mais um fator que levou os habitantes da região a migrar para a região metropolitana de Salvador ou a se dedicar à atividade pesqueira (PROST, 2007). Enfim, o deslocamento do eixo principal de fluxos provocado pela construção da rodovia BR 324 na década de 1930 em detrimento da via férrea que ligava Cachoeira e São Felix a Salvador contribuiu mais ainda a frear a economia regional. Registra-se uma atividade industrial no distrito de São Roque do Paraguaçu como a instalação na década de 1970 de um canteiro de plataforma da Petrobras, em que nativos foram também empregados. Todavia, sem encomendas, e portanto sem atividade, durante uma década, a geração de empregos esvaneceu. Hoje em dia, o canteiro está de novo ativo mas sua atividade irregular não proporciona uma segurança profissional aos moradores locais.

Face a esse quadro econômico, as soluções encontradas pelas populações locais foram principalmente duas: imigração e pesca. 40% dos entrevistados da pesquisa de campo afirmaram que algum parente tinha migrado (ver Gráfico 4).

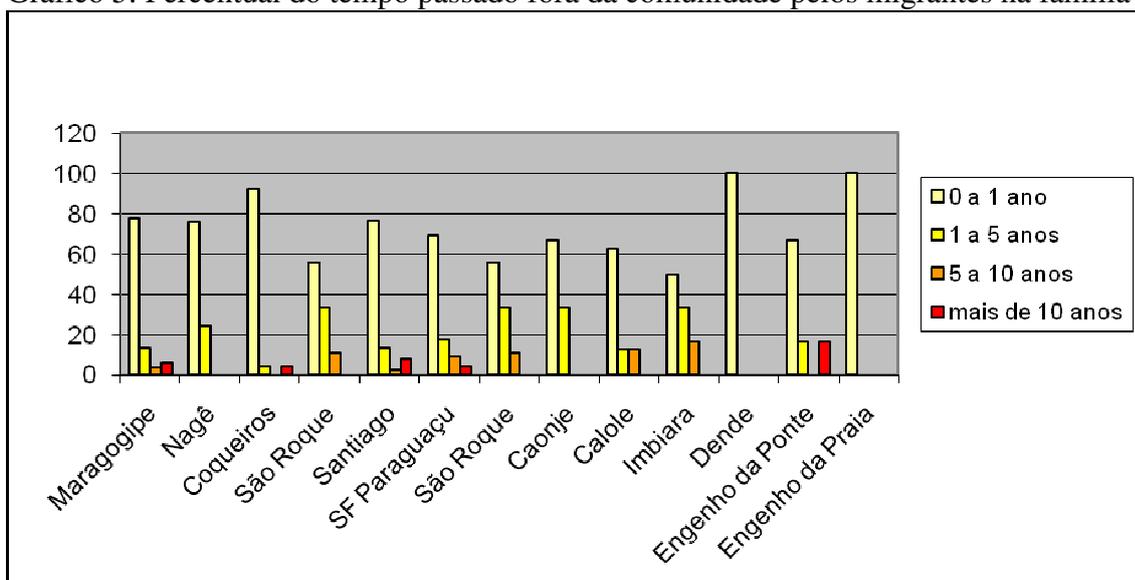
Gráfico 4: Percentual das famílias com um ou mais membros vivendo fora da comunidade



Fonte: dados de campo.

Contudo, observa-se uma diversidade de migrações, com destaque para uma maioria de deslocamentos de até um ano (ver Gráfico 5). As alternativas de trabalho servem portanto como alternativas passageiras e não verdadeiras.

Gráfico 5: Percentual do tempo passado fora da comunidade pelos migrantes na família



Fonte: dados de campo.

Para quem fica na região da baía do Iguape, a solução privilegiada foi de se orientar para a exploração dos recursos pesqueiros, acentuando a pressão demográfica sobre os mesmos, contribuindo em parte na evolução negativa do esforço de pesca, junto com demais fatores como a implantação da central hidrelétrica na barragem Pedra do Cavalo (PROST, 2007).

Para proteger o ambiente natural e cultural da Baía do Iguape, uma resex marinha foi criada por decreto em 2000. A criação expressa a reconhecimento do valor ecológico da área mas também o das populações como tradicionais e, enquanto tal, portadoras do direito de fixar sua territorialidade. As populações tradicionais são definidas pelo órgão ambiental federal como grupos históricos que exercem práticas sociais de baixo impacto ambiental sobre a natureza. Vários espaços ocupados por diversas populações tradicionais, tais os seringueiros, as

quebradeiras de coco babaçu, os pescadores artesanais, as comunidades quilombolas, indígenas ou de fundo de pasto, dentre outras, fazem uso secular de territórios de uso comum, contando com regras coletivas de manejo construídas ao longo de um tempo histórico, com baixa ou quase nula densidade técnica. Dentro da diversidade dos grupos, evidencia-se uma diversidade dos usos dos espaços ocupados, podendo aliar espaços de uso comum dos recursos naturais e apropriação privada de bens. É o que se nota na baía do Iguape entre os pescadores lavradores, que fazem uso de pequenas roças para a agricultura de subsistência e usam de forma coletiva a baía do Iguape com o conjunto dos pescadores da mesma. Os meios aquáticos são, por excelência, espaços de acesso livre nos quais regras de uso comum são especialmente importantes para evitar a tragédia dos comuns, sendo elas traduzidas por vários tipos de normas indo de acordos de pesca até planos de uso elaborados no âmbito de uma resex. Convém ressaltar aqui a observação de Almeida (2004) sobre outro componente da definição de populações tradicionais – além do histórico e da relação com a natureza –, autorizado a partir da Constituição de 1988 e confirmado com a ratificação, em 2002, da Convenção 169 da OIT, que reside na auto-identificação. Esse marco provém não apenas de avanço na esfera dos poderes políticos, mas também de uma história de luta para o reconhecimento de garantia de apropriação de seus territórios por grupos tradicionais diversos, entre os quais a aliança dos seringueiros do Acre e dos indígenas ganhou destaque internacional. Em outras palavras, o termo de tradicional não se refere apenas à história mas “incorpora as identidades coletivas redefinidas situacionalmente numa mobilização continuada” (ALMEIDA, 2004, p. 10).

Essa situação foi manifesta na baía do Iguape, pois, após uma visita de exposição sobre reserva extrativista do IBAMA, um grupo de pescadores se mobilizou para a criação da resex marinha. Apesar disso, a UC federal permaneceu praticamente sem concretude durante cinco anos pois o Conselho deliberativo, instância de planejamento e de gestão prevista por lei, só foi implantado (e isso, apenas parcialmente) em 2005, revelando a falta de prioridade do IBAMA nos assuntos costeiros. Assim sendo, os pescadores formaram o grupo pró-resex para pressionar o IBAMA a deslançar o processo de constituição da esfera decisória da UC. De fato, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) prevê a criação de um conselho deliberativo nas resex, presidido pelo órgão ambiental federal - hoje ICMBio – para co-gestionar a UC com sua população extrativista. O estatuto de reserva extrativista se destaca em relação com demais UCs, até de uso sustentável, por ser deliberativo e não apenas consultivo, dando portanto voz ativa à população local e contribuindo ao avanço da cidadania. O Conselho é formado por uma metade de representantes dos extrativistas – delegados comunitários e eventualmente lideranças de entidades de classe e demais associações se o tecido social é representativo e forte – e uma outra metade formada de órgãos públicos e demais instituições do setor privado e do terceiro setor, atuantes na área da resex e do seu entorno ou usuárias dos recursos hídricos. Os extrativistas compõem portanto a maioria absoluta no conselho na razão de 2 delegados por comunidades ou grupo de comunidades e detêm a vice-presidência.

Dentre outras funções, o conselho deve aprovar o plano de manejo dos recursos naturais, importante meta prevista no SNUC. Esse plano aprovado, toda pessoa, pertencente à resex ou não, deve respeitar as regras de uso dos recursos naturais no perímetro da UC. Ele deve ser elaborado, em um primeiro momento, em base nos saberes ambientais das populações tradicionais, construídos em escala ecossistêmica, para ser, em um segundo momento, completado de forma integrada com saberes científicos, mais especializados e fracionados. O plano de uso objetiva garantir a sustentabilidade na exploração dos recursos naturais, preservando em consequente o modo de vida do grupo social que deles tira seus meios de (re)produção social. Ele torna norma reconhecida por lei as práticas sociais sustentáveis de manejo dos recursos. Mas além dessa meta, o Conselho deliberativo exerce uma função de controle social sobre os acontecimentos, em curso ou projetados, dentro da resex ou na área do seu entorno (10 km). Isso significa que qualquer ação deve ser, preliminarmente, submetida à

apreciação do conselho, quer seja de mera pesquisa, quer seja de intervenção mais concreta sobre o meio natural ou a organização do território. A partir de 2007, a resex Baía do Iguape ganhou um coordenador local do ICMBio, impulsionando uma maior regularidade das assembléias para pensar o planejamento e a gestão da unidade de conservação. Representa assim em avanço concreto, embora persistam muitas dificuldades em consequência de uma mobilização freada por limitação de recursos financeiros e materiais. A participação dos extrativistas da resex aparece como fundamental por várias razões intrínsecas (saberes ambientais como base para o plano de uso dos recursos naturais, melhor adesão às regras comunitárias, aumento da cidadania), mas também para melhor garantir os objetivos da resex diante das ações de atores externos, tal como é o caso da central hidrelétrica da barragem Pedra do Cavalo no rio Paraguaçu ou do projeto em curso de implantação de pólo naval em São Roque do Paraguaçu.

Política do governo: o pólo naval

O setor da construção naval é conhecido por gerar milhares de empregos diretos e indiretos através de contratos bilionários e de engendrar repercussões sobre outros setores econômicos como a siderurgia e as indústrias elétricas e mecânicas. Trata-se de uma indústria concentrada nas regiões costeiras. Frisa-se que, além dos interesses econômicos, a construção naval detém uma importância estratégica para a defesa naval. Segundo dados do governo da Bahia, a indústria naval mundial fatura em média 120 bilhões de dólares por ano. Nesses últimos anos, a demanda interna e externa tem aumentado e deve seguir essa tendência, incentivando os planejadores a pensar na ampliação do complexo naval no mundo e no Brasil. De fato, a Petrobras, especializada em exploração de petróleo offshore vem contratando a construção de plataformas de grande porte e de navios petroleiros, assim como a manutenção de plataformas existentes. Tendo em vista a insuficiente capacidade de construção naval na região Sudeste, outras regiões estão contempladas nos projetos, como é o caso do Sul e do Nordeste. Com a descoberta da camada de petróleo na área do “pré-sal”, a expectativa anunciada pela Petrobras é de encomendar um pacote com dezenas de navios para transporte de óleo e derivados, de embarcações de apoio marítimo e de plataformas². Ora, o país não possui capacidade suficiente para atender à demanda, o que explica os projetos de estaleiros e canteiros em vários Estados da costa.

O projeto de pólo naval na baía do Iguape é uma iniciativa do governo estadual e se insere em um programa mais amplo chamado Acelera Bahia. Esse fomento ao desenvolvimento econômico se enquadra também dentro de uma conjuntura favorável com o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) lançado pelo governo Lula. Desde o primeiro mandato, o presidente tinha se posicionado em favor de investimentos públicos para dinamizar a construção naval. Dentre os principais objetivos do programa Acelera Bahia, figura a atração de atrair novos investimentos para o estado.

A Bahia goza de vantagens locais inegáveis com quase mil quilômetros de costa em uma localização central em relação ao país e ao continente. A Baía de Todos os Santos, na qual está inserida a baía do Iguape, possui mais vantagens por ser umas das maiores baías do mundo com 1.052 km² de águas protegidas e profundas. Por isso, desde as décadas de 1970 e 1980, cinco pólos navais foram implantados nela, sendo três em Aratu, um em São Joaquim e o maior em São Roque do Paraguaçu. No atual projeto, três áreas foram estudadas para receber o futuro pólo. Em audiência pública na Câmara Legislativa em Salvador, foi apresentada de forma breve a justificativa da opção pela localização preferencial do pólo em São Roque do Paraguaçu, ao sul da baía do Iguape, em relação aos dois outros locais estudados: Aratu e Madre de Deus. Dentre os argumentos, foram avançados o profundo calado existente em São Roque (10 metros), permitindo a entrada de navios de grande porte, a ausência de impedimentos ambientais e a fraca circulação de embarcações – o que se entende

² O contrato está estimado entre 40 e 50 bilhões de dólares até 2012.

bem pelo fato de estar afastado dos portos de Salvador e Aratu e de se tratar de uma reserva extrativista (!). Em pesquisa de campo se levantou a informação junto a pescadores da localidade que já trabalharam no canteiro de que o funcionamento do mesmo era intermitente. De fato, a simples vantagem locacional não é suficiente para garantir a atração de investimentos privados. Para tanto, o poder público deve também aplicar políticas para ganhar a preferência em relação a outros Estados, fenômeno conhecido na geografia como guerra dos lugares.

Destarte, o governo se encarrega de viabilizar a instalação do pólo por várias formas. Estima-se que o investimento total seja de 5 bilhões de reais, sendo quatro por empresas e um por parte do governo sob forma da implantação de infra-estrutura. Na conjuntura atual, a infra-estrutura existente em São Roque é vista pelo governo e várias empresas como um trunfo para uma ampliação que permita uma atividade contínua graças à instalação de um dique seco para permitir a construção, o reparo e a manutenção de plataformas e de navios. Da mesma forma, incentivos fiscais são ofertados no âmbito do projeto Programa Estadual de Incentivos à Indústria Naval (PRONAVAL), instituído pela lei nº. 9.829 de 2005 e regulamentado pelo decreto nº. 11.015 de 2008³. Por fim, a criação anunciada de mais de 10.000 empregos para os jovens em uma primeira fase do projeto requer, contudo, qualificações específicas. Os investidores solicitam do Estado que ele proporcione as condições de formação do público visado. Os prefeitos da região também estão interessados nisso para evitar o que aconteceu até então no pólo de São Roque do Paraguaçu, que contratou essencialmente pessoas de fora por falta de qualificação dos habitantes locais. Assim sendo, em março de 2009, foram iniciados cursos de três meses do Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (PROMINP), realizados por uma parceria formada entre o governo estadual, a Federação de Indústrias da Bahia (FIEB), o SENAI e o SEBRAE⁴. Os cursos são gratuitos e distribuem bolsas para 1.200 jovens dos seguintes municípios: Maragogipe, Salinas, da Margarida, Nazaré das Farinhas, Santo Antonio de Jesus, Cachoeira, São Felix do Paraguaçu, Itaparica, Vera Cruz, Jaguaripe.

A Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração (SICM) já assinou protocolos de intenções para a construção de 3 estaleiros na baía do Iguape, sendo um com a empresa baiana Odebrecht, outro com a empresa Estaleiro da Bahia S.A., uma jointure da OAS, Setal e Piemonte e um terceiro com a UTC Engenharia.

O objetivo do pólo é fornecer os seguintes produtos: sondas de perfuração, plataformas de produção de petróleo, navios FPSO (Floating, Production, Storage and Offtake) e navios de apoio a petroleiros. Segundo a CUT⁵, com a construção de dois navios ou duas plataformas por ano para atender as demandas da Petrobras, o canteiro-estaleiro movimentaria cerca de dois bilhões de reais, o que aparece como uma perspectiva muito lucrativa para o setor privado e extremamente vantajosa para o poder público – especialmente se levamos em conta as eleições de 2010... Este afirma uma forte geração de empregos, o que é visto pela população não pesqueira dos municípios vizinhos como uma boa oportunidade haja visto o declínio econômico que a região conheceu nas últimas décadas.

3

Ver

[http://www2.casacivil.ba.gov.br/NXT/gateway.dll/legsegov/decnum/decnum2008/decnum2008abr/decn200811015.xml?fn=document-frame.htm\\$f=templates\\$3.0](http://www2.casacivil.ba.gov.br/NXT/gateway.dll/legsegov/decnum/decnum2008/decnum2008abr/decn200811015.xml?fn=document-frame.htm$f=templates$3.0). Acessado em 10 de agosto de 2009. Cita-se i) a dilação de prazo de 72 meses para o pagamento de 98% do saldo devedor mensal do ICMS decorrente das operações próprias resultantes do investimento previsto no projeto beneficiado pelo PRONAVAL, ii) a dispensa do pagamento do imposto incidente nas operações com concreto, cimento, aço e bens do ativo destinados a construção e reparo de dique seco por empresa habilitada ao PRONAVAL e iii) o diferimento o lançamento e pagamentos do ICMS relativos às aquisições de ativo fixo.

⁴ Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial e Serviço Nacional de Apoio às Pequenas e Médias Empresas.

⁵ Ver <http://www.cut.org.br/content/view/11434/170>. Acessado em 10 de agosto de 2009.

Potenciais impactos negativos - A conflituosidade entre 2 modelos de desenvolvimento

O pólo naval é apresentado portanto como uma excelente oportunidade para relançar a economia no Recôncavo sul, além de ter repercussões positivas sobre a siderurgia na Bahia. Todavia, se a população não pesqueira do município de Maragogipe tende a aprovar o projeto, não se pode dizer o mesmo das populações pesqueiras da resex, nem de várias organizações sociais e ambientalistas e parte da comunidade universitária como atestam os questionamentos feitos em audiências públicas e seminários organizados na UFBA.

O anúncio de empregos que tanto atrai parte da população é questionável à luz de eventos passados na região. De fato, empreendimentos como a barragem e central hidrelétrica Pedra do Cavalo ou a indústria petrolífera em municípios como Madre de Deus ou São Francisco do Conde mostram o quanto a população local é marginalizada no mercado de trabalho. Em pesquisa realizada por mim em Madre de Deus, se levantou a precariedade da situação das populações pesqueiras do município. Com efeito, a pesca e a mariscagem registraram uma diminuição sensível das capturas desde o início das atividades por razões diversas elencadas a seguir: poluição por vazamentos de óleo e derivados, obstrução de canal na maré baixa por causa da instalação de dutos, redes rasgadas nas estruturas de perfuração, dentre outros fatores. Em razão disso, os pescadores e marisqueiras enfrentam muitas dificuldades de sobreviver apenas da pesca. Muitos procuram se empregar na indústria de petróleo – em cargos pouco qualificados - mas declararam também a precariedade da estabilidade do trabalho além da necessidade de pagar para adquirir as qualificações necessárias. Os *royalties* que as prefeituras recebem da Petrobras não se traduzem em benefícios econômicos e sociais para esse segmento da população.

Além disso, do ponto de vista social, o anunciado desenvolvimento sustentável propalado pelo governo estadual corre fortemente o risco de se traduzir na realidade por efeitos danosos do ponto de vista social e cultural para as populações. De fato, em excursão organizada pelo INGÁ em agosto de 2009, no âmbito do projeto Iguape Sustentável, encontros realizados com representantes de várias comunidades ribeirinhas contempladas no projeto foram instrutivos. Um secretário da prefeitura de Maragogipe informou a equipe do Iguape Sustentável de um efeito da perspectiva do pólo que já se faz sentir no município: a especulação imobiliária e fundiária. Já não se encontra casas ou apartamentos para alugar na sede municipal, o que acarreta dificuldades para os funcionários da prefeitura que são de outros municípios. Da mesma forma, uma liderança comunitária, integrante do Movimento da Pesca, assinalou o avanço da especulação fundiária no entorno da baía por motivos de projetos de resorts ou ainda de passagem de infra-estrutura para o pólo. Assim, a comunidade de Salaminas ganhou através de um projeto elaborado pelo referido Movimento junto à Bahia Pesca equipamentos para produção, estocagem e beneficiamento da pescaria assim como para consolidação da organização social (ex: freezers, geladeira, televisor, leitor de DVD, etc.). Contudo, ela não pode usar essas ferramentas por falta de energia elétrica. O projeto de extensão da rede está impedido por estudo do IBAMA que alega a impossibilidade de cortar dois pés de árvores de manguezal para a instalação de postes. O argumento soa falacioso se comparado com as áreas de manguezal que vão ser desmatadas para a extensão do canteiro de São Roque. A liderança comunitária citada acima afirmou que as grandes empresas interessadas no pólo estão atravancando o processo e comprando terras de fazendeiros para futuros empreendimentos. Outros efeitos sociais são também previsíveis como o aumento das migrações, o que deve aguçar a questão da moradia – incluindo a habitação como o saneamento básico -, a deficiência em serviços básicos (educação e saúde), o tráfico de drogas já presente no município, a delinquência e a prostituição.

Se percebe desde já que as carências de moradia, especialmente de saneamento, deverão contribuir para o aumento de despejo de esgoto in natura no manguezal. Ora este é, utilizando as palavras dos próprios extrativistas, o “supermercado vivo” dos mesmos. Em estudo anterior sobre os impactos de atividades humanas na região da baía (MONTEIRO, PROST, 2009),

relatou-se a degradação do meio ambiente, notadamente por desmatamento de vertentes provocado pela atividade pecuária e pela extensão urbana da sede de Maragogipe. Com a chegada de novos habitantes, estima-se uma conseqüente urbanização espontânea uma vez que a Petrobras construiu em São Roque uma vila residencial para abrigar 200 funcionários e uma vila de alojamentos para hospedar 1.000 trabalhadores das empresas contratadas para a ampliação do canteiro⁶. Com isso, é de se esperar uma ampliação e agravamento da mudança de processos morfogênicos a processos pedogenéticos, expressados por erosão das vertentes e assoreamento da baía e cursos d'água. Na área prevista do pólo, áreas de manguezal vão ser retiradas, infringindo a lei ambiental em um total descompasso com o argumento alegado para justificar a extensão de uma linha elétrica como citado acima. Também serão desmatadas áreas cobertas por Mata Atlântica e restinga. A lei ambiental aparece como tendo dois pesos e duas medidas em função do agente social envolvido. Ambientalmente, embora os investidores declaram que a atividade não polui, a existência do canteiro em São Roque já evidencia a concentração de ferro na água. Em 2007, uma concentração de nutrientes associada à presença de ferro provocou o fenômeno de maré vermelha, que encadeou uma alta mortalidade de peixes. Segundo o prof. Everaldo Queiroz, biólogo da UFBA e estudioso da Baía de Todos os Santos, novos fenômenos como esse podem ocorrer, inclusive com espécies letais a humanos. O relatório organizado por ele sobre o projeto do pólo⁷ conclui que, entre os impactos ambientais esperados, contam ainda os efeitos que as construções projetadas que vão atingir as áreas de rochas sedimentares que armazenam águas subterrâneas. Entre outros efeitos, o projeto vai provocar “sérios impactos em águas jurisdicionais tombadas por decreto presidencial na condição de santuário para os mamíferos aquáticos”⁸. Vê-se dessa forma a multiplicidade de impactos ambientais negativos desse projeto “sustentável”.

Assim sendo, afeta-se diretamente as condições de trabalho das populações pesqueiras em área de manguezal, berçário e viveiro de inúmeras espécies aquáticas e terrestres, além de prejudicar as condições socioeconômicas de vida das localidades do entorno da baía. São assim ameaçadas as práticas dessas populações, práticas que integram uma cultura própria, desprezada pela sociedade moderna em busca de crescimento econômico.

Ressalta-se ainda um ponto avançado como incluído no projeto que é a participação das populações. Nada mais inverídico do que essa afirmação. Como foi informado anteriormente, as resex constituem áreas protegidas voltadas para a conservação, ou seja, a proteção do meio ambiente mas também das populações que vivem nele e dele graças a saberes ambientais adquiridos empiricamente. Esse tipo de UC comporta, por lei, um conselho deliberativo, o que significa que qualquer intervenção dentro do seu perímetro deve passar por aprovação prévia. O que se observa até hoje é que nada foi discutido em assembléia da resex, em um total desrespeito da lei federal⁹. Se não tem participação até hoje, período em que as obras do pólo estão começando, que dirá no futuro?

Esta situação em curso nos remete a deduzir na desterritorialização das populações locais, em particular as extrativistas, uma vez que elas perdem controle sobre o seu espaço tradicional de apropriação material e simbólica, sobre seu território delimitado a partir de 2000 em reserva extrativista. A lógica do capital, exógena, se impõe ao lugar sem levar em consideração a soma dos efeitos negativos para as populações pesqueiras e de pescadores-lavradores. Pior: esses efeitos são negados; ao contrário: na luta dos discursos que antecede a concretização do empreendimento, são alegados benefícios para o município de Maragogipe e outros vizinhos.

⁶ Ver <http://www.tnpetroleo.com.br/noticia/19600/Petrobras+revitaliza+ind%C3%BAstria+naval+da+Bahia>. Acessado em 11 de julho de 2009.

⁷ Pólo naval – uma proposta que não pertence a todos nós. Apresentado em seminários: 18.03.09 na Escola Politécnica da UFBA e 24 de abril no Instituto de Geociências da UFBA.

⁸ Relatório da apresentação do Prof. Queiroz nos seminários realizados na UFBA.

⁹ Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

Utiliza-se o discurso do desenvolvimento sustentável para retirar das populações o poder sobre seu território. Estas chegam portanto a ser ameaçadas de desterritorialização apesar – ou por causa – de sua imobilidade geográfica. Frente a elas, figuram atores econômicos que funcionam em rede e usufruem de uma mobilidade muito maior. O sinal disso é a reflexão sobre uma transferência do projeto – ou parte dele – para o Estado do Rio de Janeiro por parte do consórcio Setal/OAS caso o projeto encontre dificuldades na aprovação do licenciamento ambiental¹⁰. O que as empresas requerem é a acessibilidade ao local do projeto, o que é garantido pelo Estado, no afã de atrair investimentos privados. Ao inverso, os pescadores não gozam da mesma capacidade de se locomoverem para exercer suas práticas. Isso é particularmente o caso na baía do Iguape onde a grande maioria das embarcações é constituída de canoas a remo, limitando o raio de alcance das pescarias. A situação futura na baía do Iguape no caso do projeto de pólo naval vingar retrata portanto – e infelizmente – a desterritorialização *in situ* analisada por Haesbaert (2004) uma vez que as populações locais, não estando conectadas com os grandes fluxos globais, arriscam perder o controle sobre “suas bases territoriais de reprodução e referência” (HAESBAERT, 2004, p. 255) e que o capitalismo globalizado é acompanhado de um processo crescente de exclusão socioespacial. Contudo, as populações pesqueiras procuram resistir a essa lógica externa ao lugar, com a ajuda de redes de horizontalidades. O Movimento da Pesca, citado anteriormente, é por exemplo assessorado pelo Conselho Pastoral dos Pescadores. Cita-se também a formação de uma comissão pró-Iguape formada de várias ONGs ambientalistas e professores de pesquisa da UFBA¹¹. Os pescadores tiveram igualmente o apoio do Ministério Público Federal e o do Ministério Público do Estado que deliberaram em dezembro de 2008, em audiência pública realizada em Maragojipe, que a ausência de estudos qualificados levarão a medidas judiciais contra a implantação do pólo em São Roque do Paraguaçu.

Trata-se contudo de uma relação de forças difícil para os pescadores uma vez que os interesses do setor privado convergem e recebem o apoio das autoridades políticas em nome do “desenvolvimento”.

Considerações finais

O pretendido desenvolvimento sustentável é, mais uma vez, utilizado como argumento para omitir numerosos impactos sociais, econômicos, culturais e ambientais negativos para as populações tradicionais que o empreendimento do pólo naval deve acarretar. Essas populações devem assim sofrer uma desterritorialização sensível pela perda de poder efetivo sobre seu território, no entanto reconhecido por lei federal através da criação da resex, no ano de 2000. O principal problema dos pescadores é de habitar uma área considerada estratégica por sua localização geográfica e condições naturais, assim como por já abarcar um canteiro naval, facilitando assim o aumento de seu valor para os setores modernos através de mais investimentos de infra-estrutura. Mas o lugar não é apenas o local onde o Mundo, com sua lógica global se manifesta; ele é também o espaço banal onde se formam as resistências a essa mesma lógica. Essa resistência se revela extremamente importante. De fato, ela não se refere apenas à defesa dos grupos tradicionais em escala local. Ela é essencial para um combate em escala nacional caso o projeto do pólo naval vingue da mesma forma que a luta dos indígenas da Terra Raposa Serra do Sol foi para a política indigenista brasileira. Com efeito, se o pólo for implantado, significará que as unidades de conservação não têm mais garantido o direito à proteção ambiental (no caso das UCs de uso sustentável, frisa-se a proteção socioambiental) na totalidade de seus respectivos territórios. Ora essa garantia constitui um amparo legal essencial – embora não suficiente – para a sustentabilidade da territorialização das populações nelas inseridas. Aprovar o projeto do pólo implicaria abrir uma brecha perigosa para o

¹⁰ Ver em <http://www.ofluminense.com.br/noticias/229012.asp?pstlink=2,76,0,229012>. Acessado em 11 de julho de 2009.

¹¹ A Prof^ª Guiomar Germani e a autora, ambas professoras do Mestrado em Geografia.

questionamento dos territórios das áreas protegidas. Resistir aparece, portanto, como imprescindível para garantir os direitos adquiridos e conquistados por populações historicamente excluídas, para garantir a justiça ambiental das populações tradicionais que tanto contribuem a uma real sustentabilidade social, cultural e ambiental.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, A.W.B., Terras tradicionalmente ocupadas – Processos de territorialização e movimentos sociais. In: Revista brasileira de estudos urbanos e regionais, vol. 6, N. 1, maio de 2004, ANPUR. p. 9-15.
- HAESBAERT, R., O mito da desterritorialização. Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HARVEY, D., A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume.
- MONTEIRO, S.S., PROST, C. Impactos de atividades econômicas sobre os recursos hídricos na Baía do Iguape e Saubara. Relatório PIBIC/UFBA, 2009.
- MORAES, A.C.R., Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil. Elementos para uma geografia do litoral brasileiro. São Paulo: Annablume.
- PROST, C., Efeitos da barragem Pedra do Cavalo sobre a pesca artesanal na baía do Iguape. In: Anais do IIº Encontro brasileiro de ciências sociais sobre barragens, 18-22/11/2007. Salvador: UFBA. CDRom.
- SANTOS, M. A natureza do espaço. São Paulo: Hucitec, 2002.
- SANTOS, M. Da totalidade ao lugar. São Paulo: EDUSP, 2008.